

Filipéia

Paisagens históricas



Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
2019

Nativa



NUPEH

Filipéia
Paisagens Históricas



Conselho editorial

Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson Marcelino Alves Silva

Conselho Científico

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio
Eliton S. Medeiros
Flávio Carreiro de Santa
Glauber Paiva da Silva
Hélio de Sousa Ramos Filho
Hilmária Xavier Ribeiro
Jordan Queiroz Gomes
Juvandi Dos Santos Silva
Maria Liége Freitas Ferreira
Lucira Freire Monteiro
Luíra Freire Monteiro
Luiz Carlos dos Santos
Maria de Lourdes Lopo Ramos
Maria Ida Steinmuller
Thomas Bruno Oliveira
Thuka Kércia Morais de Lima
Vanderlei de Brito

Expediente

Designer gráfico: Emerson Marcelino Alves Silva
Revisão linguística: Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica: Wellington Figueiredo



Filipéia

Paisagens Históricas

“É mais que necessário conhecer a cidade e sua história.
Só assim conseguiremos a proeza de sua preservação”.

ISBN: 978-65-00-17785-5

CD



9 786500 177855

Filipéia

Paisagens Históricas

Copyright 2021 – Autores

ISBN 978-65-00-17785-5

Capa, projeto gráfico: Emerson M. Alves Silva

Editoração eletrônica: Luíra Freire Monteiro e

Flávio Carreiro de Santana

Ilustração da capa: "Inauguração do prédio do tesouro do estado da Paraíba, 1913".

Contato com os autores:

nupehl@gmail.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Monteiro, Luíra Freire
Filipéia [livro eletrônico] : paisagens históricas
/ Luíra Freire Monteiro, Flavio Carreiro de Santana.
-- 1. ed. -- Campina Grande, PB : Luíra Freire
Monteiro : Nativa Edições, 2021. --
(Patrimônios da Paraíba ; 1)

ISBN 978-65-00-17785-5

1. Brasil - Colonização 2. História do Brasil 3.
João Pessoa (PB) - História 4. Paisagens 5.
Patrimônio cultural I. Santana, Flavio Carreiro de.
II. Título III. Série.

21-57374

CCD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Filipéia

Paisagens Históricas

SUMÁRIO

Uma capitania diferente -----	5
Conhecendo o caminho -----	6
1ª Parada Uma vista de olhos ao Rio Paraíba -----	8
2ª Parada Ladeira de São Francisco e Casa da Pólvora -----	11
3ª. Parada Catedral de Nossa Senhora das Neves -----	14
4ª. Parada Mosteiro de São Bento -----	16
5ª Parada Igreja da Misericórdia e Santa Casa -----	18
6ª Parada Palácio da Redenção e antigo convento dos Jesuítas -	21
7ª Parada Praça do Erário -----	23
8ª Parada Igreja de Nossa Senhora do Carmo e adjacências -----	25
9ª Parada Conjunto de igreja e convento de São Francisco -----	32
10ª Parada A fortaleza de Santa Catarina -----	44
Para além do Rio Paraíba -----	47
Bibliografia -----	53

Uma capitania diferente

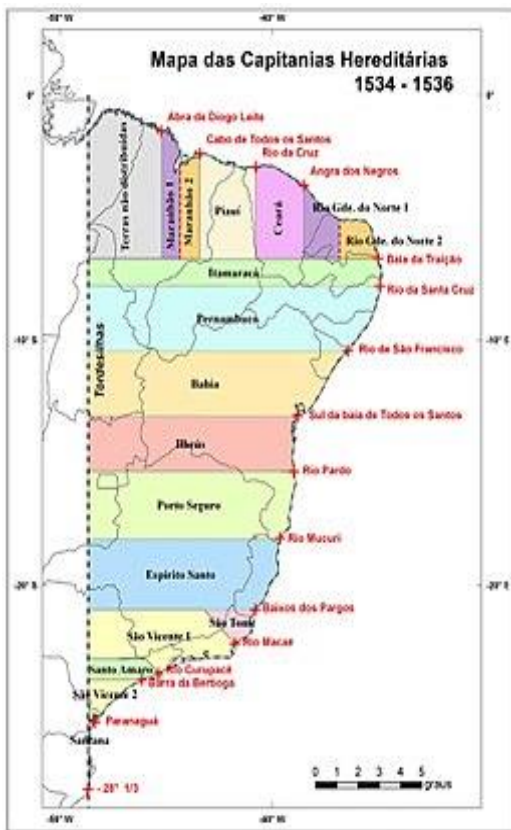
A capitania da Paraíba não existia em 1534, quando foi implantado o sistema de capitanias hereditárias na América portuguesa. Dividida em 14 faixas de terra com variadas dimensões, o domínio colonial português no Ocidente reproduzia um modelo de sucesso já existente nas ilhas dos Açores e da Madeira, em pleno Atlântico, onde a exploração da cana de açúcar e sua transformação em valiosa especiaria doce demarcava a principal atividade econômica desses espaços.

Somente em 1574, após a ocorrência de um morticínio de 600 colonos no Engenho Tracunhaém, na capitania de Itamaracá, pelos índios potiguaras, e das inúmeras denúncias levadas a efeito pelo donatário da poderosa Nova Lusitânia (Pernambuco), temeroso da

invasão da próspera capitania, o rei português, D. Sebastião, ordenou o retalhamento do território da capitania de Itamaracá, criando-se nova capitania.

Desta feita, a nova fração colonial não teria donatários nem sucessores, pois pertenceria diretamente ao rei que, às suas expensas, mandava dar início às guerras de conquista contra os indígenas que dominavam a chamada “Costa potiguar”.

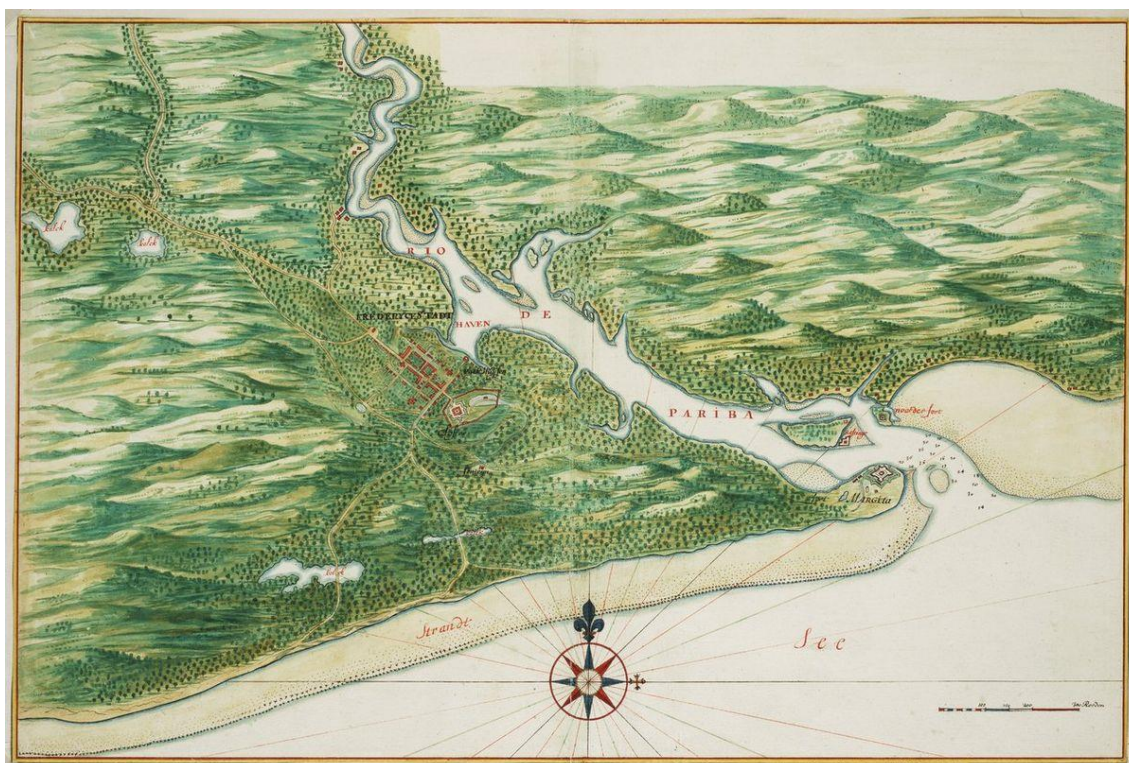
Começava ali uma série de expedições de conquista que só logrou êxito em 1584, com a construção do Forte de São Felipe, na margem norte do rio Paraíba. Em 1585, porém, com um acordo de paz entre conquistadores e índios Tabajaras, deu-se o ponto de partida da colonização, em concomitância com a declaração de guerra aos senhores das terras: os Potiguaras.



Nesse ínterim, dois reis morreram, e à vacância do trono português sucedeu-se uma guerra de pretendentes. Venceu o mais poderoso de sua época: D. Felipe II, rei das Espanhas. Filho do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e rei das Espanhas Carlos V de Habsburgo e de D. Isabel de Portugal, governou um vasto território que ia desde o extremo leste das Américas ao sudeste insular asiático, as Filipinas; do Atlântico centro-ocidental ao Pacífico centro-ocidental passando por todas as longitudes do oceano Índico.

Foi em seu reinado, iniciado em 1581, que a Paraíba foi colonizada. Em sua homenagem foi nominada a cidade original da capitania real. Vamos conhecê-la?

Conhecendo o caminho



Em 1585, depois de variadas tentativas de conquista do território do rio Parahyba e de lutas sangrentas contra os numerosos e valentes potiguaras, venceu a diplomacia. Em dois dias de conversas, de mimos e de promessas, João Tavares, representando a coroa de Filipe II, angariou um acordo de paz com os Tabajaras, convencendo Pirajibá e sua gente a apoiarem, mais uma vez, o domínio branco.

Naquele cinco de agosto fora traçado o extermínio em massa dos senhores da chamada Costa Potiguar, caso não se rendessem ao projeto colonial. Determinada por D. Sebastião desde 1574, a criação da capitania só se efetivou depois desse acordo de paz, o avesso da declaração de guerra contra os senhores do litoral norte da colônia que vicejava desde 1534.

O rio Paraíba foi o cenário do evento. Ele próprio o limite físico e até então, intransponível, do avanço da colonização para o norte, serviu também para devassamento dos terrenos em seu entorno. Foi por suas margens que, três meses depois, o ouvidor geral Martim Leitão, cumprindo as instruções das *Leis das índias*, procurou um sítio com bons ares e fáceis fontes de água, oculto e com boa vista, a fim de implantar a cidade pretendida.

O mapa dos holandeses é de grande serventia para a compreensão da formação de Filipeia, diferenciada por não ser plantada à beira mar. A entrada em rio largo e navegável possibilitou a identificação de local salubre, guardado dos olhos invejosos dos francos, em constante passagem pelo litoral de ventos potentes e traiçoeiros bancos de areia. A margem sul do Paraíba evocava um plano de fuga ou de socorro em breve tempo das capitanias irmãs, Pernambuco e Itamaracá.

Não seria vila o que Martim Leitão teria que formar. Seria uma cidade, constituída de um aparato burocrático-administrativo que fizesse prova do domínio hispânico, também, naquelas partes do Novo Mundo. Se o Testamento de Adão ainda não evidenciasse esse domínio, que a posse plena exarada pela colonização afastasse o risco dos mais ousados inimigos europeus que ali chegassem.

Cidade, sim, onde entrassem as famílias convidadas por Frutuoso Barbosa desde 1579, que se salvaram do naufrágio e que sobreviviam em Pernambuco; o vigário pago pelo rei; as ordens de São Francisco e de São Bento e os mais que se apresentassem para fazer o lugar. Cidade nos planos urbanísticos das normas direcionadas à colonização dos espanhóis na América. Cidade, sim, e não uma vila, pois a capitania era do rei, mesmo que este nunca tenha posto os pés deste lado do Atlântico.

O Paraíba, com sua atrativa foz, esconderia algumas léguas adiante a urbe que se deveria criar, e em cujas margens receberiam fortificações potentes para fazer fogo cruzado aos que ousassem passar a linha de acesso. Na ilha da Gamboa, um terceiro fortim asseguraria a bateria contra embarcações sem convite e de bandeira estrangeira.

Com vários afluentes, o rio Paraíba foi, na subida, um caminho fluvial para o *Sanhauá*, a desaguar de terreno alto, com boa visão do horizonte e do Atlântico. Ali estava terreno apropriado para o povoamento pretendido, em compasso com a instalação de órgãos de administração colonial, igrejas e conventos.

Foi neste local que o ouvidor geral do Brasil, Martim Leitão, se dedicou a construir a cidade ordenada nas *Leys das Índias*. Era novembro de 1585. No ano seguinte, os primeiros movimentos para a construção do lugar se intensificaram.

1ª parada

Uma vista de olhos ao Rio Paraíba

Nossa viagem começa no mirante do Hotel Globo. Datada como uma construção do final do século XIX, a charmosa hospedaria provincial detém uma das melhores vistas da capital sobre o rio Paraíba, nascedouro da história da capitania, segundo o IHGP.



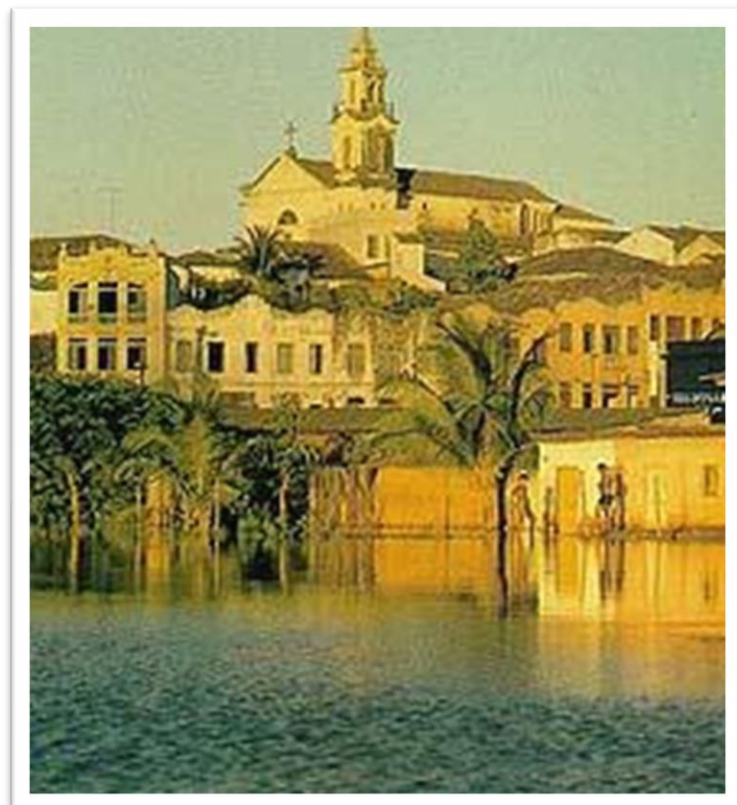
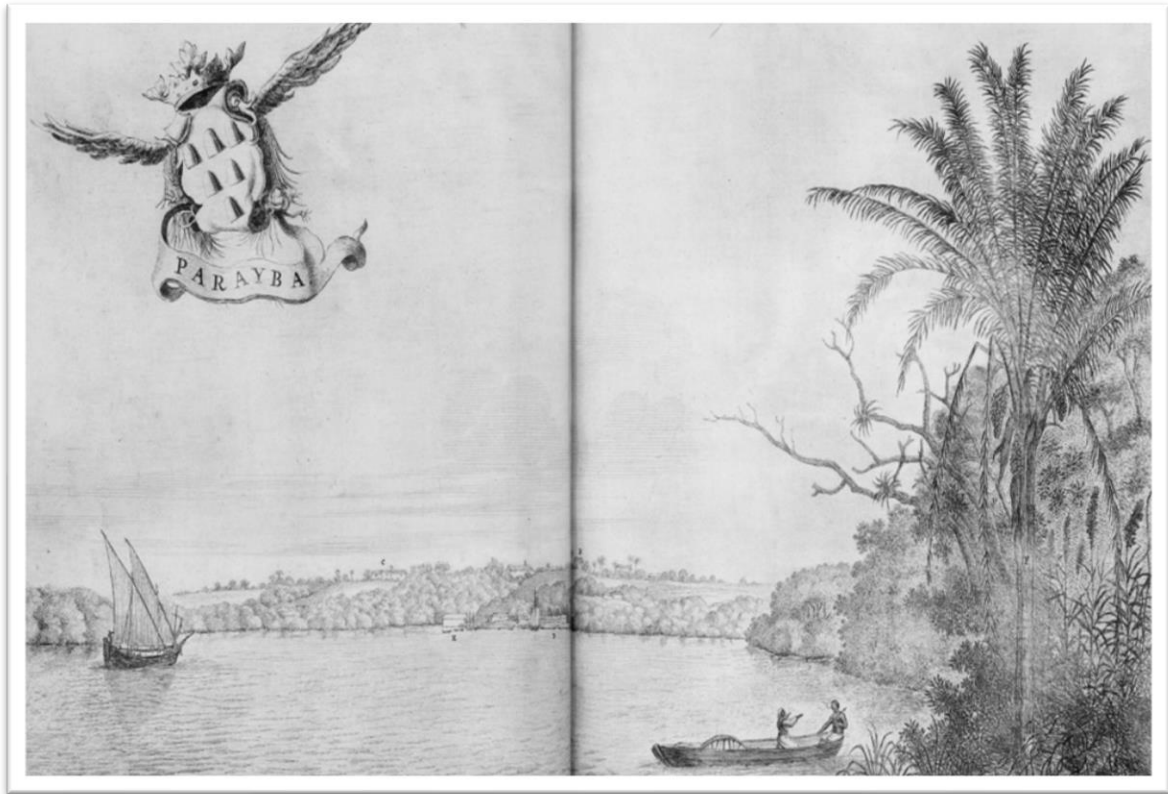
Neste cenário, podemos enxergar o espaço tomado pelas águas navegáveis do afluente, a se juntar mais adiante com o rio, cenário dos acordos de paz e dos gritos de guerra. Cenário do nascimento da cidade que receberia o nome do mais poderoso monarca europeu do século XVI. Filipeia, contudo, teria sobrenome sacro: Nossa Senhora das Neves, cultuada no dia do acordo de paz, serviria para lembrar o dia da primeira vitória dos colonizadores naquelas plagas.

A topografia do sítio permitiu a escolha de lugar de aporte para as embarcações que ali chegassem; nascia ali um porto singelo, se comparado às baías ao norte da capitania, portos naturais dominados pelos francos. Exemplo delas seriam Acejutibiró (Baía da Traição) e Jacumã.

Na região do Varadouro, “parte baixa” da cidade, se concentrava a área comercial. Era onde estavam a alfândega, os armazéns do porto, e onde acontecia a movimentação de carga e descarga de mercadorias, que eram transportadas pelo rio. Lá, funcionava o grosso da

movimentação comercial da cidade, marcada por prédios com armazéns no andar térreo e residências no piso superior.

A cidade, esse ser vivo que não admite ferros, subiu a ladeira num arroubo e se mostrou cedo nos muros dos conventos e igrejas, levantados na parte alta, nos passeios e nos prédios público, onde a chamada e nascente *elite* que ali chegava, escolhera como seu espaço.





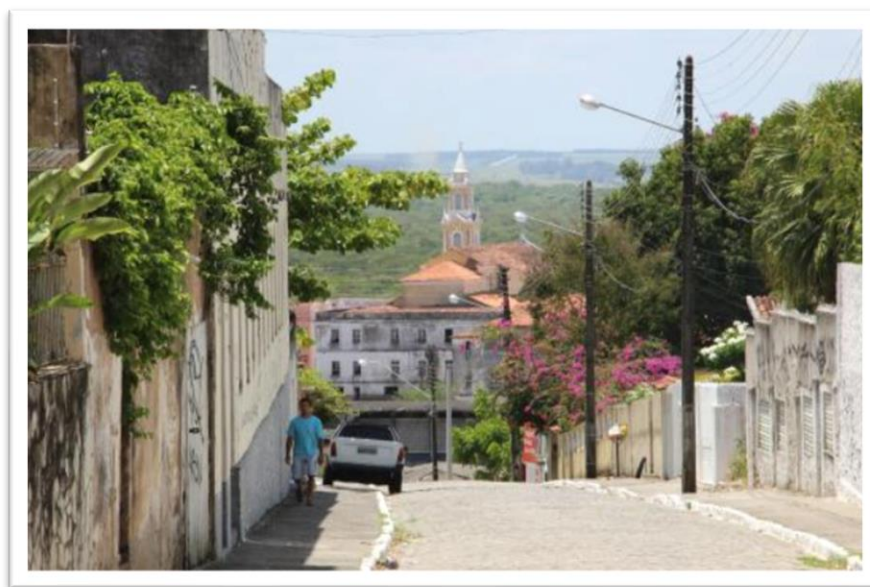
2ª parada

Ladeira de São Francisco e Casa da Pólvora

Trata-se da primeira via de acesso à cidade. Ligação entre o cais do porto (o Porto do Capim), com seus armazéns e casarios (o Varadouro) com o centro da urbe (a cidade alta). Naquela via passaram todos os que chegaram à cidade por via fluvial, inclusive o imperador D. Pedro II, em 1856.

No alto da ladeira avista-se construção histórica, datada de 1704, nominada Casa da Pólvora. Trata-se de um paiol, onde se guardavam armamentos e munição para fazer face a qualquer possível ataque à cidade.

Denominada *Casa da pólvora e dos armamentos*, foi construída por ordem da carta régia do capitão mor, governador Fernando de Barros e Vasconcelos, em 1704. Sua conclusão se deu em 1710, na administração



do capitão mor e governador João da Maia Gama.

No período colonial, especialmente no século XVII, existiram três Casas de Pólvora na cidade: Uma na Rua Nova (atual General Osório), outra no Passeio Geral (Rua Rodrigues Chaves), sendo a terceira localizada na ladeira de São Francisco. Com exceção desta última, as demais foram completamente destruídas pela ação do tempo e descaso das autoridades. Fabricadas com paredes finas de pedra e barro e cobertas de telha, sem abóbada ou forro algum, possibilitavam o alagamento de seu interior pelas chuvas. As obras ficavam no meio da cidade, rodeadas por outras residências onde se produzia fogo e, por esse motivo, suscetíveis a incêndios que facilmente poderiam se alastrar por toda a cidade. Além disso, eram alugadas.



Marco histórico da presença do colonizador português na capitania, a construção dessas fortificações expressa a dupla ameaça enfrentada pela capitania: no plano externo, o envolvimento português na Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714) provocou desdobramentos nos seus domínios ultramarinos, em especial, no Brasil. O estado de guerra de Portugal e França facultou dois ataques franceses contra o Rio de Janeiro, um em 1710, o outro em 1711, o que fazia a Paraíba, tal qual o restante da colônia, temer um ataque dos poderosos corsários franceses.

Aquando de sua construção, a cidade já tinha sua topografia delimitada em forma de cruz, em cujos extremos se assentavam as principais igrejas da cidade. Observe que os quatro extremos da cruz são representados pelas principais ordens religiosas da cidade: Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas e Jesuítas.

Veja o mapa:

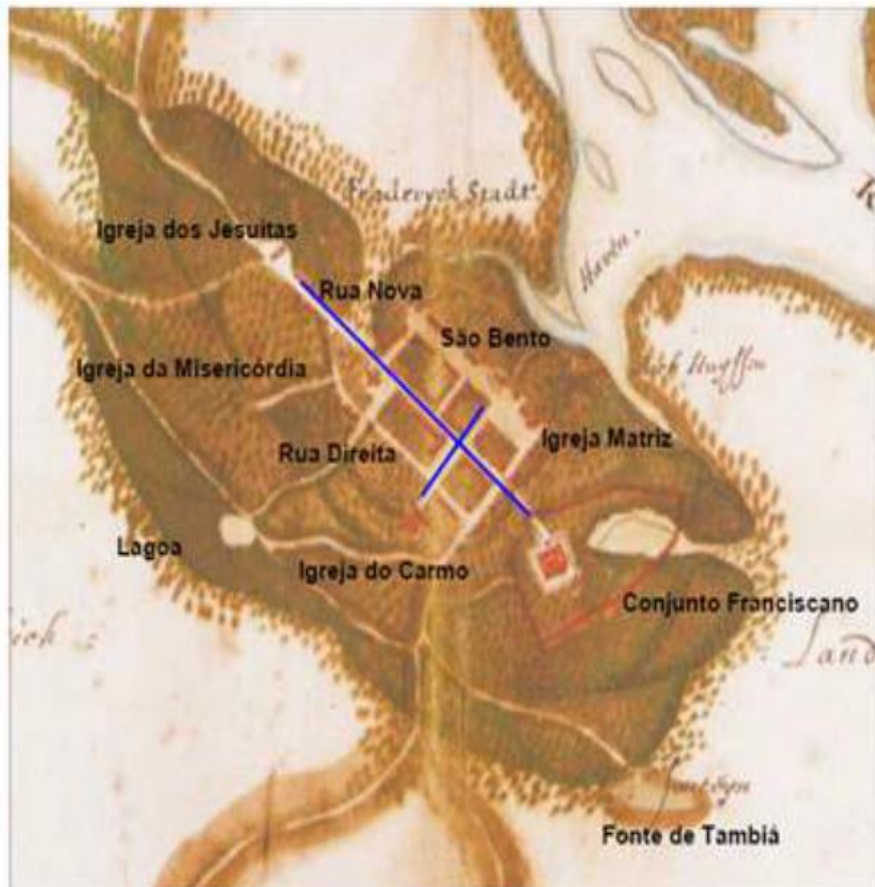


Figura 16) Mapa de autoria de Johannes Vingboons (1640). Fonte: Desenhos da terra Atlas Vingboons (2003) e Reis, 2000.

3ª. Parada

Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves (1586)

A capela primitiva homenageando Nossa Senhora das Neves foi erguida pelos primeiros colonizadores nos dias iniciais de 1586. Era uma edificação simples, de taipa, que foi reconstruída no início do século XVII. Trata-se, pois, do marco inicial da cidade, um verdadeiro monumento de rememoração do acordo entre portugueses, espanhóis e Tabajaras, selado no dia de referida santa católica.

Demolida e reconstruída três vezes, por se encontrar em ruínas, suas versões permaneceram assentadas no lugar da inicial construção. Em 1639, Elias Herkmanns referiu-se a ela como inacabada, uma vez que, quando os holandeses tomaram de assalto a capitania, a igreja assumia sua forma em pedra. As obras e reformas seguiram ao longo dos séculos seguintes, sempre em meio a dificuldades econômicas. Em 1881 a igreja tornou a ser reconstruída, ganhando a forma em estilo eclético que ostenta atualmente, graças ao impulso do padre Francisco de Paula Melo Cavalcante, responsável pela quarta remodelação.

A sagração ocorreu a 1º de agosto de 1894, já com o título de catedral, uma vez que a diocese da Paraíba havia sido criada meses antes, tomando a igreja como sua sede.

Trata-se, pois, da primeira igreja da capitania da Paraíba.





4ª. Parada

Mosteiro de São Bento (1590)

Construída em invocação a Nossa Senhora do Monte Serrat, a Igreja de São Bento faz parte do conjunto arquitetônico pertencente ao Mosteiro de São Bento. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba, essa valiosa obra constitui um dos monumentos mais importantes do país.



Sua construção foi iniciada pelo Frei Cipriano da Conceição há quase três séculos, necessitando de dezoito anos para ser concluída a capela-mor, do ladrilhamento, do retábulo e do trono, sendo que as obras prosseguiram até 1749, ano de celebração da primeira missa no local. As reformas de 1811, realizadas por frei João de Santa Rita, ampliaram o pavimento da capela-mor e realizaram outros reparos.

Tombada desde 10 de janeiro de 1957 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sua arquitetura sóbria em contraste com o estilo arquitetônico de outras igrejas da ordem beneditina impressiona pela harmonia e beleza de suas linhas, seguindo os cânones das construções portuguesas no tempo do Brasil Colônia. Na época do tombamento encontrava-se muito alterada internamente, conservando de original o aspecto externo com uma das suas duas torres inacabadas.

Na sua fachada destaca-se o frontispício, ricamente trabalhado em pedra calcária, ostentando o brasão de armas da Ordem de São Bento. Sua torre é encimada por uma cúpula em cantaria, sobre a qual se encontra um indicador dos ventos, constituído de uma lâmina de cobre com perfil de um leão que gira em torno de um cajado, marco tradicional das igrejas beneditinas.



Com o encerramento das atividades beneditinas em João Pessoa, em 1921, devido ao conflito com a jurisdição do então 1º bispo da Paraíba, a igreja permaneceu fechada por vários anos. O conjunto passou por uma intensa recuperação, tendo suas obras encerradas e reabertas ao público em 1995.

5ª Parada

Igreja da Misericórdia e Santa Casa (1639)



Construída em 1639, a Igreja da Misericórdia compunha-se originalmente num conjunto arquitetônico, onde funcionou a Santa Casa, o templo e um cemitério. Diferente de outras construções coloniais, foi erguida desde os primórdios em pedra, às expensas do senhor de engenho, Duarte Gomes da Silveira, grande investidor na expansão da cidade. Ali se fixou a única *Roda dos enfeitados* da capitania que, mesmo desativada, pode ser percebida na estrutura do prédio.

Foi a segunda igreja construída na capitania real, ao receber o morgado de São Salvador do Mundo, sofrendo duas remodelações com o passar dos séculos. De sua estrutura original restaram apenas o Tabernáculo, o Arco-cruzeiro e o emblema da coroa Portuguesa acima do Morgado do São Salvador do Mundo.

A fachada disposta de um formato simples abriga uma entrada e duas janelas frontais, além de um óculo coroando o frontão. O vestíbulo é ladeado por duas colunas feitas em um único bloco de pedra calcária sem emenda, em estilo Toscano, com o fuste simples e robusto.

A igreja se destaca por abrigar os visitantes do Santo Ofício à capitania, no ano de 1595, cuja procissão a teve como sede. Um dos clérigos visitantes, o padre João Vaz Salem, findou

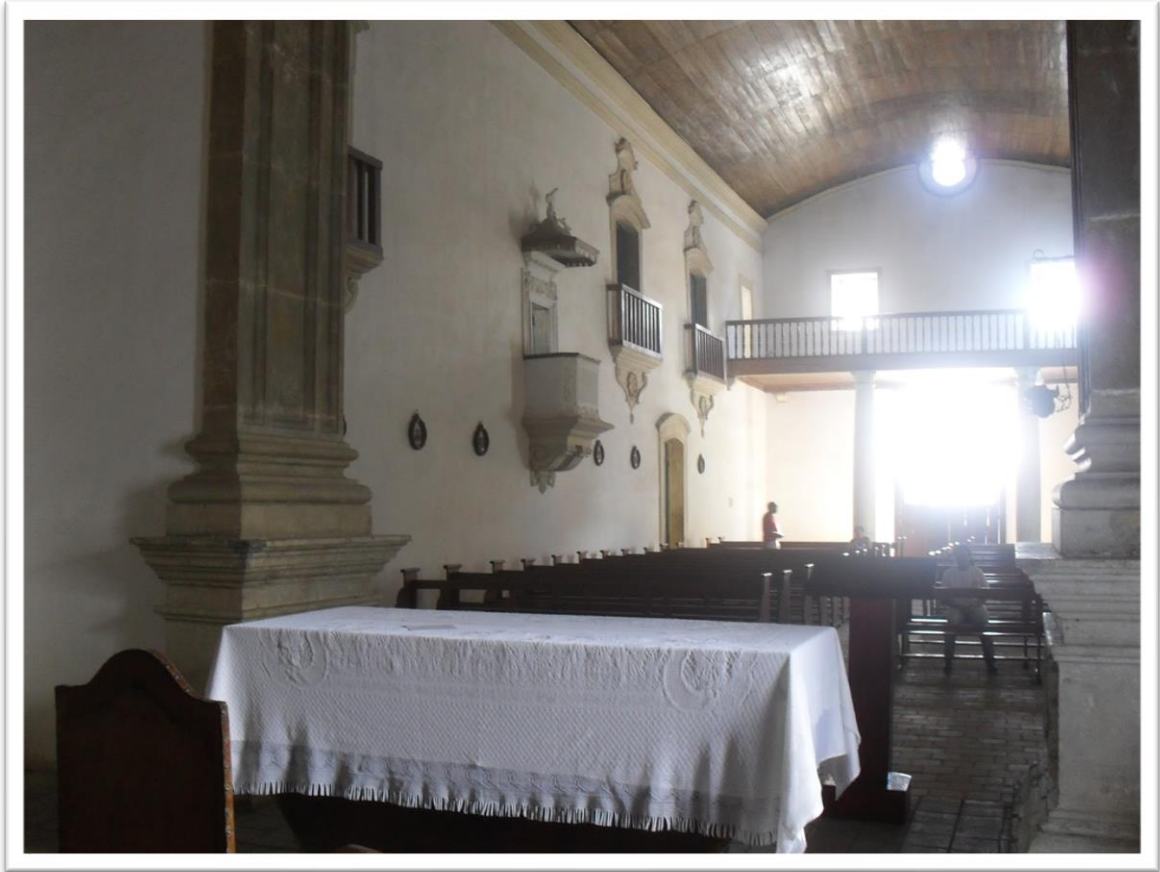
vitimado pela própria instituição a qual pertencia, perdendo todos os seus bens como pena da heresia cometida.



Chama atenção a existência das sepulturas de Duarte Gomes da Silveira e sua esposa aos pés do altar de São Salvador do Mundo, incólumes desde meados do século XVII. Outros habitantes de Filipeia também foram enterrados no local, tais como capitães-mores, padres, irmãos leigos e outros membros da irmandade.

Do século XIX, destaca-se o sepulcro do capitão João Viana, cujo sepultamento ocorreu em abril de 1808.





6ª Parada

Antigo convento dos Jesuítas (1581)

Demarcando a extremidade da cruz que dava forma à cidade, foi construída a Capela de São Gonçalo, vinculada à Companhia de Jesus (da Ordem dos Inacianos), provavelmente no ano seguinte à fundação do local.

Os jesuítas foram os primeiros religiosos a chegar à Paraíba antes mesmo de sua fundação. Foi a vivência nas expedições de conquista que deu a seus membros a autoria da chamada “certidão de nascimento” da capitania. Por ordem de seu visitador, o padre Cristóvão de Gouveia, Jerônimo Machado, Simão Travassos e Baltasar Lopes narraram as guerras da conquista das terras do entorno do Paraíba, firmando opiniões acerca dos costumes observados na vivência com os nativos. É deles o documento intitulado “Sumário das armadas”.

Próximo à capela primitiva ficava a residência dos padres, que ali se dedicaram à catequese dos Tabajaras. Os atritos decorrentes desse contato e o desagrado do rei determinou a saída de boa parte dos membros da Companhia de Jesus, o que ocasionou o gradual desgaste da capela de São Gonçalo.

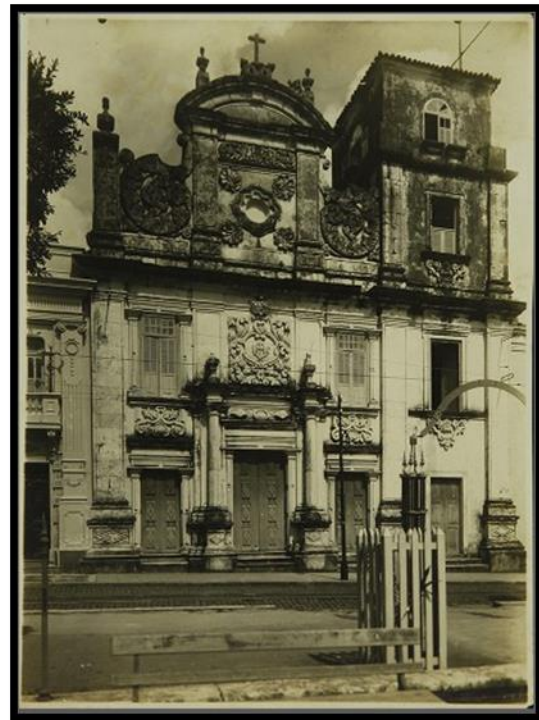
Em 1745, a rogo da população, os jesuítas foram estimulados a construir a primeira escola de instrução da capitania, sendo o prédio original restaurado e ampliado em conjunto arquitetônico que abrigou os padres inacianos até 1759, quando foram expulsos do Brasil, pelo Marquês de Pombal. O lugar, por conseguinte, serviu como residência do governador da



capitania e em 1773 foi incorporado à Fazenda Pública pelo papa Clemente IV.

O convento e colégio dos jesuítas sofreu duas grandes reformas no século XIX, quando passou a ser chamado *Palácio da Presidência da Província*. Foi sob as ordens do Barão do Abiaí (Silvino Emídio Carneiro da Cunha) que o antigo colégio dos jesuítas tomou os principais traços que ainda restam. A capela original sofreu ampliações e foi dedicada à Nossa Senhora da Conceição, durando até o ano de 1929, quando foi demolida.

Do prédio original sobreviveu a torre do colégio, em estilo que contrasta com o prédio adjacente.



7ª Parada

Praça do Erário (1590)



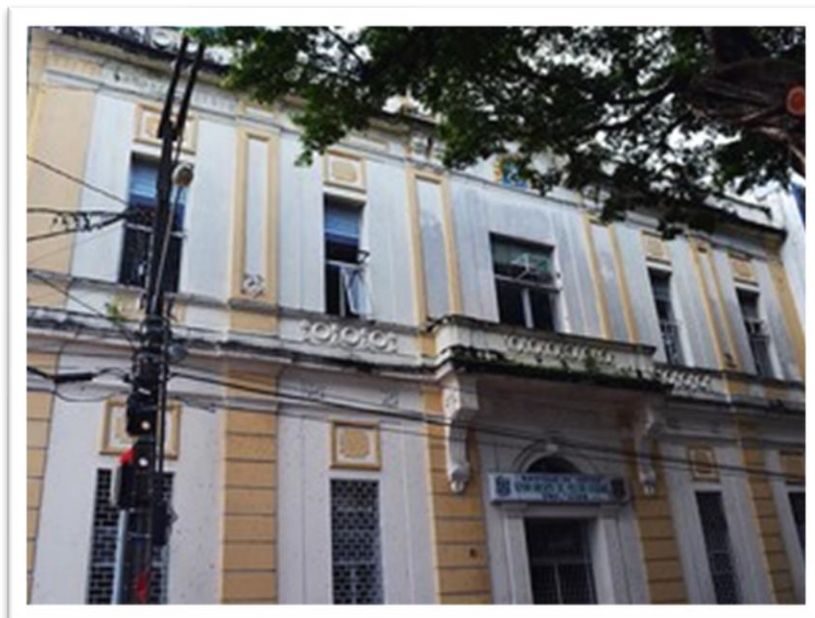
A região da Praça Barão do Rio Branco, localizada entre as avenidas Visconde de Pelotas e Duque de Caxias, no Centro de João Pessoa, concentrava a parte administrativa da então *Capitania Real do Parahyba*, até o início do século XVIII. Conhecida, na época, como *Largo do Erário*, a área abrigou a Câmara, a cadeia pública, o mercado público, a repartição dos Correios e o erário público.

Havia ainda, a casa do capitão-mor (mandatário da Capitania) e o pelourinho – onde as pessoas submetidas a castigos físicos eram expostas à população. Em meio à movimentação administrativa e financeira, no local, também funcionou o primeiro açougue da Capitania.

A região do Largo do Erário concentrava a elite local, destacando-se como o cérebro administrativo da Capitania, já que ali se concentravam as estruturas administrativas locais, num tempo em que a sede da Capitania estava dividida, basicamente, em duas regiões: a *parte alta* (região da Praça do Erário) e a *parte baixa* (na área do Varadouro).

Uma das edificações mais importantes da área conhecida atualmente como Praça Rio Branco é o prédio de número 30, denominado como *Casa do Erário*, construída em 1785, durante a administração do capitão-mor Jerônimo José de Mello e Castro.

Segundo Umbelino Peregrino, arquiteto do IPHAN, no local, foi instalado o primeiro açougue da cidade. A casa comercial, contudo, não denegria a edificação, considerando tratar-se de lugar de venda de um artigo de luxo, consumido por poucos, numa época que comer carne era sinal de status.



8ª Parada

Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santa Tereza e Palácio Episcopal (1592)

A ordem religiosa dos carmelitas tomou lugar no cenário religioso da cidade de Filipeia em 1591, com o objetivo de evangelizar e catequizar os índios, embora desde 1579 conste o convite pelo rei português, d. Henrique, ao prior da Ordem Carmelita, para se estabelecer na capitania recém-conquistada. De imediato deu-se início à construção de uma moradia própria na Paraíba, visando trazer o maior número possível de membros.

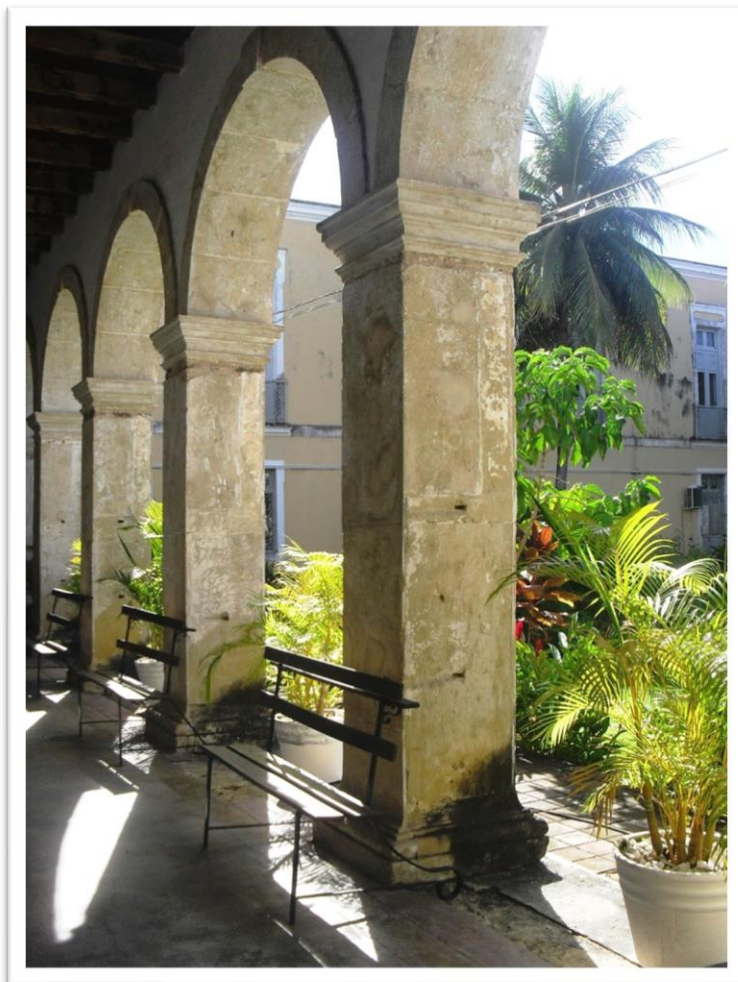
A conclusão da obra foi demorada, posto tratar-se de verdadeiro complexo, que incluía o Convento, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, a capela de Santa Tereza e a casa dos exercícios dos Irmãos Terceiros.

O conjunto carmelitano só ficou pronto no século XVIII quando, de acordo com os registros históricos, Frei Manuel de Santa Tereza encerrou as obras usando recursos próprios.



Em 1906, o primeiro bispo da Paraíba, Dom Adauto, transformou o Convento do Carmo no prédio que hoje é conhecido como Palácio do Bispo. Em 1965, o Palácio foi transformado na sede da Arquidiocese da Paraíba, funcionando, até hoje, como Cúria Metropolitana.

Entrelaçado com a igreja da mesma ordem, o hoje “palácio” ostenta detalhes que chamam a atenção do visitante, como o claustro do antigo convento, que continua servindo como espaço de ventilação para a própria igreja e a escadaria esculpida em pedra de cantaria, que dá acesso ao púlpito.



Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Erguida em 1592, em barroco romano, a igreja possui uma única torre, com as características do estilo quinhentista. Sua fachada e a torre são todas em pedra, assim como as talhas e os relevos dos altares. O exterior apresenta linhas austeras, desenhos e arabescos barrocos. A nave é ampla e majestosa, com motivos florais esculpidos em calcário. Veem-se ainda o escudo da Ordem do Monte Carmelo e um grande painel no Altar-mor com as iniciais de Nossa Senhora do Carmo.

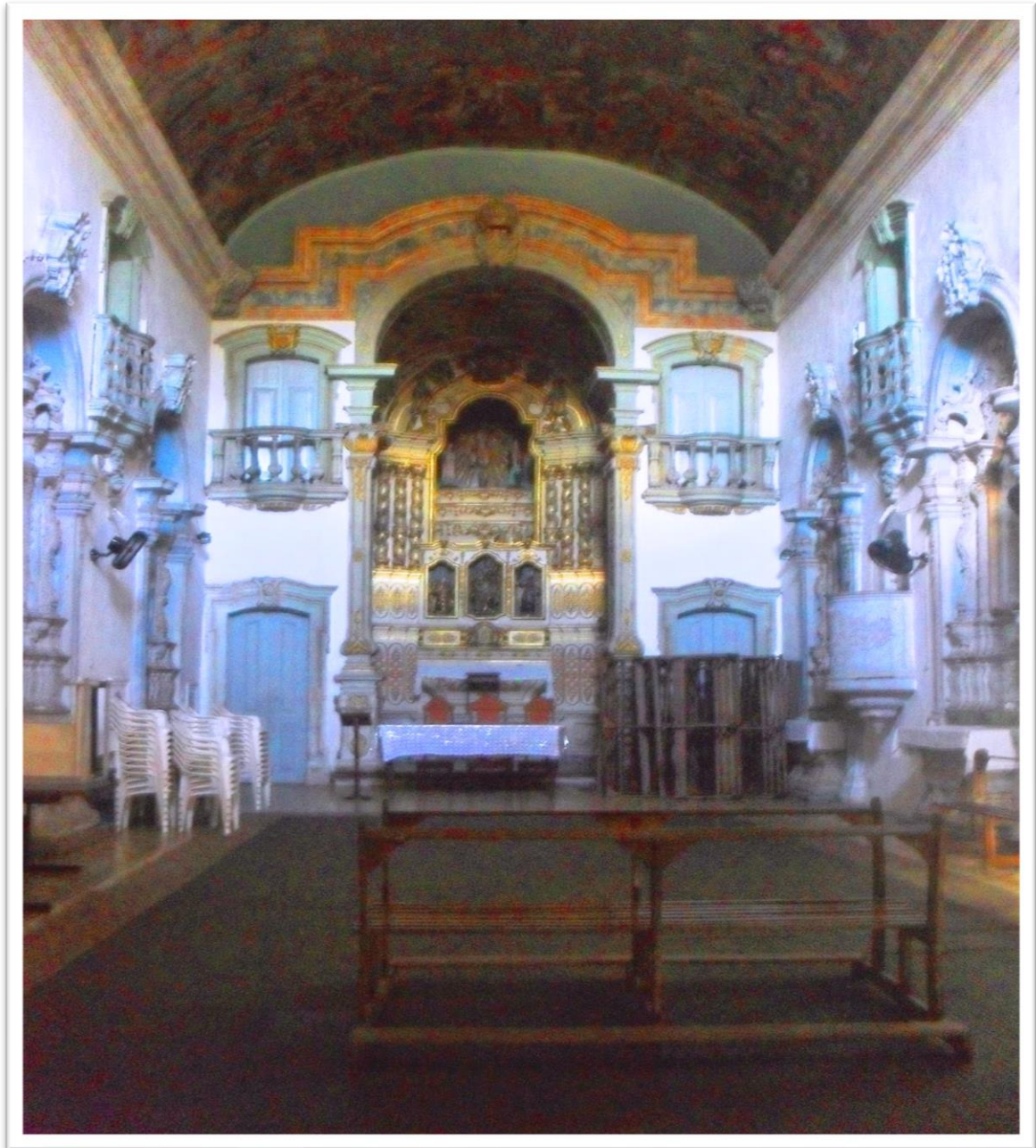


A nave ampla e imponente abriga paredes ornadas em azulejos portugueses que contam a história de Nossa Senhora do Carmo. Um vestíbulo coroa a entrada, com pinturas representando a Santíssima Trindade, em tons pastel, com influência Rococó. À frente do altar-mor em divisão com a nave encontra-se o Brasão da Ordem terceira acima do arco-cruzeiro feito em cantaria.



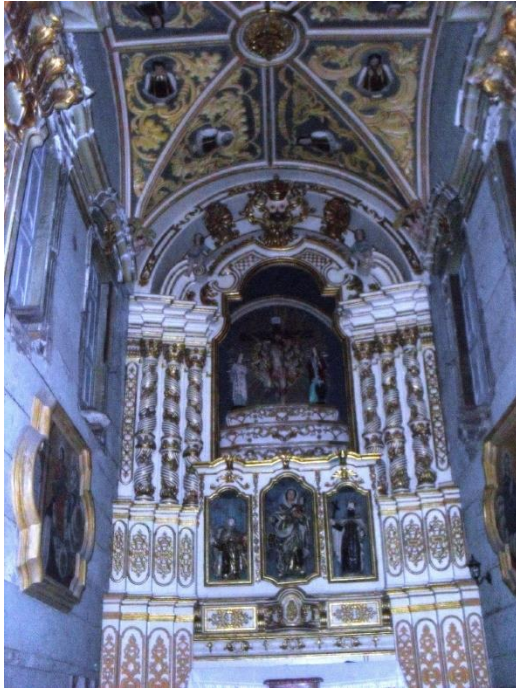
Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira do Carmo

Conhecida como Capela de Santa Teresa, data do século XVIII, concluída em 1777 por Frei Manuel de Santa Teresa, é anexa à igreja de Nossa Senhora do Carmo, diferindo desta por ter proporções menores e riqueza de detalhes. Serviu ao culto dos leigos por muito tempo.



Apresentando uma particularidade quanto ao seu plano, diferente das demais, por ser chanfrados os quatro cantos da nave, o que lhe confere a forma octogonal. As talhas da capela-mor são bem executadas e quase todas cobertas de ouro. As colunas helicoides com folhas estilizadas de acanto obedecem ao estilo da igreja principal da Ordem Carmelita.

O forro do teto é em abóbada ogival, contando episódios da vida e morte da grande reformadora do Carmo. No centro abre-se uma gigantesca rosa de pétalas douradas, de onde saem diversos raios que se dividem em triângulos, no meio dos quais ressaltam bustos de santos da ordem embutidos na madeira. A sacristia tem cômoda de jacarandá com nicho aberto ladeado de ornatos; dois armários laterais divididos em escaninhos com portinholas e pia de pedra talhada, instalada em um compartimento especial. Continua sendo utilizada para culto religioso católico e é local de funcionamento da Ordem Terceira dos Carmelitas.





Característico do templo menor é seu recuo diante da Igreja mor. Entre as duas, dado esse recuo, resta uma espécie de beco, que serviu durante muitos séculos como espaço para o sepultamento dos membros da ordem, dando continuidade à prática de purificação da alma do morto.

No local, identifica-se o túmulo do Barão do Abiaí, poderoso senhor de engenho das várzeas do Parahyba, que dominou a política local. Ao seu redor, variados nomes da elite local, em seus jazigos perpétuos.

9ª Parada

Conjunto de igreja e convento de São Francisco (1588)

O complexo arquitetônico formado pela igreja e convento de Santo Antônio, a Capela da Ordem terceira de São Francisco, a Capela de São Benedito, a Casa de Oração dos Terceiros (chamada de Capela Dourada), o Claustro da Ordem terceira, uma fonte e um grande adro, com cruzeiro, constitui-se na mais notável expressão do Barroco no Brasil.

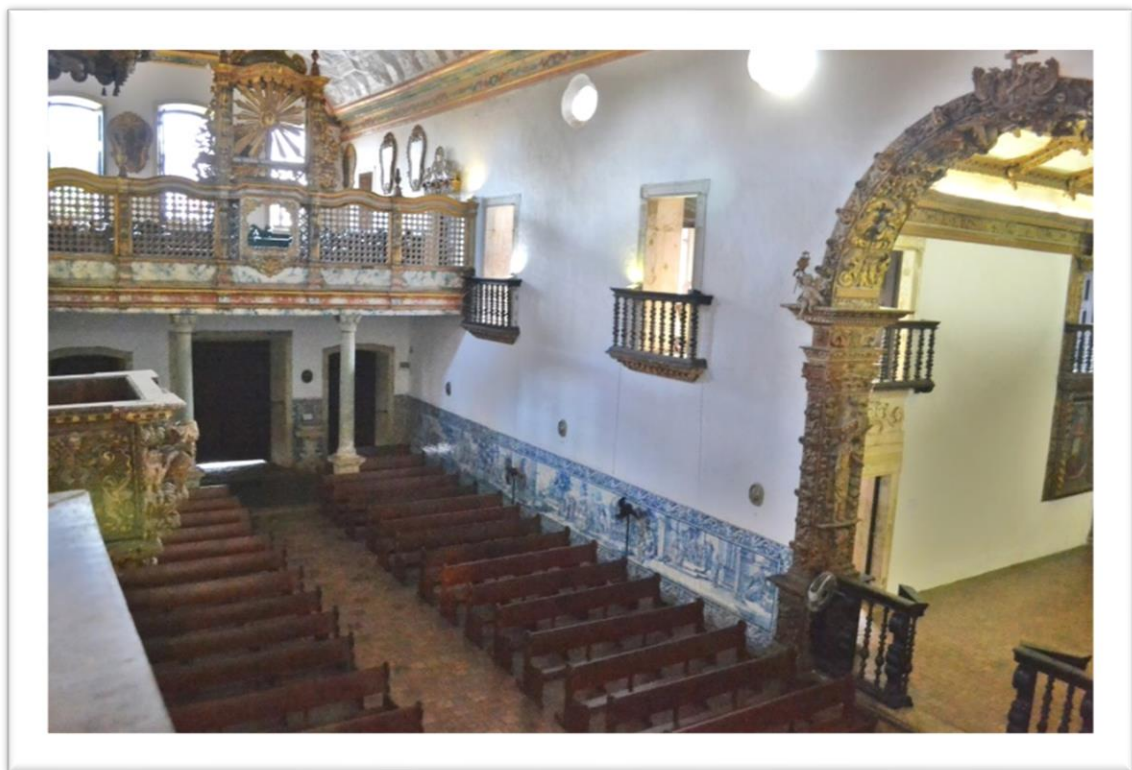
Suas origens remontam à chegada ao local, em 1588, do Frei Melchior de Santa Catarina, incumbido de instalar uma missão franciscana, cujos primeiros representantes vieram na malfadada expedição de Frutuoso Barbosa. Um ano depois já se fala da construção da igreja de Santo Antônio, seguida pela do convento. Construção simples de taipa, contava com 12 celas e um claustro, sendo ampliada nos anos seguintes, em alvenaria de pedra calcária. Sua conformação presente é fruto de várias reformas efetuadas nos séculos XVII e XVIII.

Em 1634 foi ocupado pelos invasores holandeses e transformado em fortificação. Depois de recuperado pelos franciscanos, foi reformado, com as obras concluindo em 1661. Nos próximos dois séculos sofreria outras intervenções, até ter a fachada da igreja concluída em 1779, data gravada no frontispício.



Os interiores foram ricamente decorados, destacando-se o trabalho de azulejaria, talha dourada e pintura. O convento se tornou o maior centro franciscano ao norte de Pernambuco, tendo um papel decisivo na exploração e ocupação da região através do trabalho missionário e cultural dos frades. Sua decoração interna apresenta várias alegorias referentes a esse papel.

Os edifícios foram novamente modificados no século XIX, resultando na perda do altar-mor original da igreja. Entre 1885 e 1894 foi usado pelo governo, que instalou no convento uma escola de aprendizes marinheiros e um hospital militar. A posse retornou para a igreja por intervenção do 1º Bispo da Paraíba, Dom Adauto de Miranda Henriques, que transformou o conjunto em seminário. Nesta função permaneceu até 1964, mas depois o governo novamente o utilizou para instalar algumas instituições: o Museu do estado da Paraíba e escolas. Em 1979 foi fechado para restauro e em 6 de março de 1990 foi reinaugurado como Centro Cultural São Francisco. O conjunto arquitetônico é de estilo barroco-rococó, e é um bom exemplo da escola franciscana de arquitetura do nordeste brasileiro. Aqui pode se observar a nave da Igreja de Santo Antônio, com o coro ao fundo e na lateral a Capela dourada.



O teto da igreja é decorado com uma das mais importantes pinturas de arquitetura do Barroco brasileiro, mostrando a cena da Glorificação dos Santos Franciscanos. A tradição a atribui a **José Joaquim da Rocha**, fundador da escola baiana de pintura, mas ainda há muita polêmica a este respeito. Outros espaços também possuem importantes tetos pintados.



Consensualmente nomeada pelos estudiosos brasileiros como *Glorificação dos Santos Franciscanos ou Glorificação de São Francisco*, a cena do medalhão central do forro da Igreja de Santo Antônio é plena de significados alegóricos. No alto da imagem, a Santíssima Trindade – incluindo o Deus Pai personificado – e a Virgem Maria – que traz numa das mãos uma bandeira com o brasão da ordem seráfica e na outra um ramalhete de lírios brancos, alegoria de sua pureza, rodeados por uma profusão de querubins, abençoam São Francisco de Assis, que por sua vez derrama raios luminosos de seu peito aos quatro cantos do mundo onde atuavam os franciscanos.

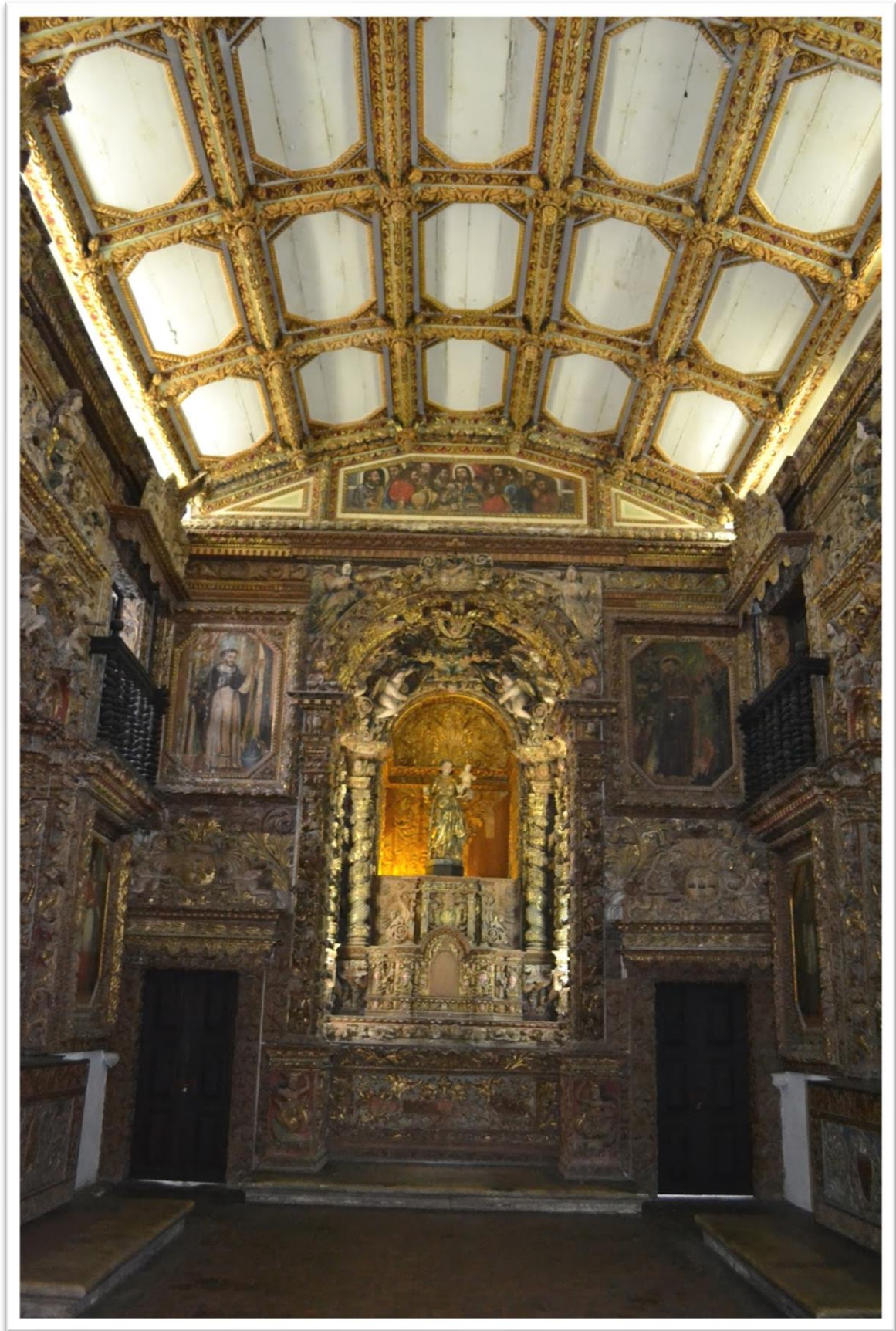


À volta do santo da Úmbria estão quatro pares de personagens: santos mártires franciscanos ladeando mulheres ajoelhadas, vestidas com trajes alusivos à Europa, à África, à América e à Ásia, todos flutuando em nuvens que pairam suspensas sobre um terreno pontilhado com alguns arbustos que se perde na bruma do horizonte. Tal cena seria banal – e chega mesmo a ser tema comum

nas pinturas franciscanas de algumas igrejas coloniais do Nordeste brasileiro – não houvesse claramente uma diferença de atitude entre os frades ali representados: Santo Antônio e o mártir asiático olham diretamente para a Santíssima Trindade e a Virgem, pouco se importando com o que fazem as mulheres ajoelhadas a seus pés.

A Capela dos Terceiros foi iniciada em 1704 e, entre 1718 e 1734, uma nova campanha construiu e decorou o coro alto e abriu as duas portas laterais da fachada. Em meados do século, os terceiros fizeram construir a grande casa de oração adjacente à sua capela, e pela mesma altura foi construída a sacristia. A Capela dos Terceiros procurou seguir o modelo da sua congênere do Recife, mas, com menos recursos, ficou incompleta. A talha da capela é bem característica do estilo nacional português.





Abaixo observe o desenho de uma sereia, contida no altar da Capela Dourada, assim como a figura de um índio na fachada da igreja.



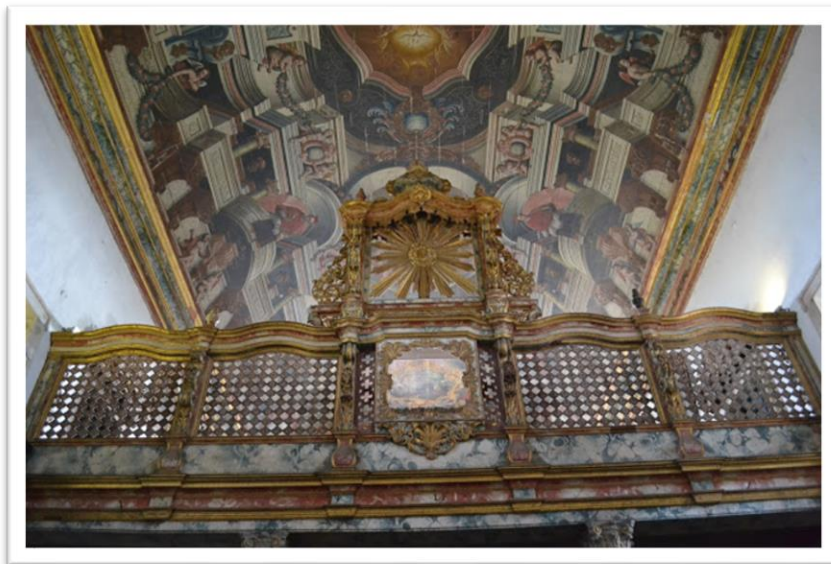
A Casa de Oração da Ordem Terceira, adjacente à Capela, também revela tesouros escondidos, como o teto que representa a ascensão do profeta Elias.



Abaixo, observe o claustro, atualmente a parte mais antiga do convento. Ele foi terminado em torno de 1730. Revela influência mourisca e é constituído por um pátio quadrado cercado de uma galeria coberta, para onde se abrem as celas. Seus azulejos das paredes laterais são decorados com motivos vegetais.



Detalhes do espaço destinado aos coristas da Igreja de Santo Antônio



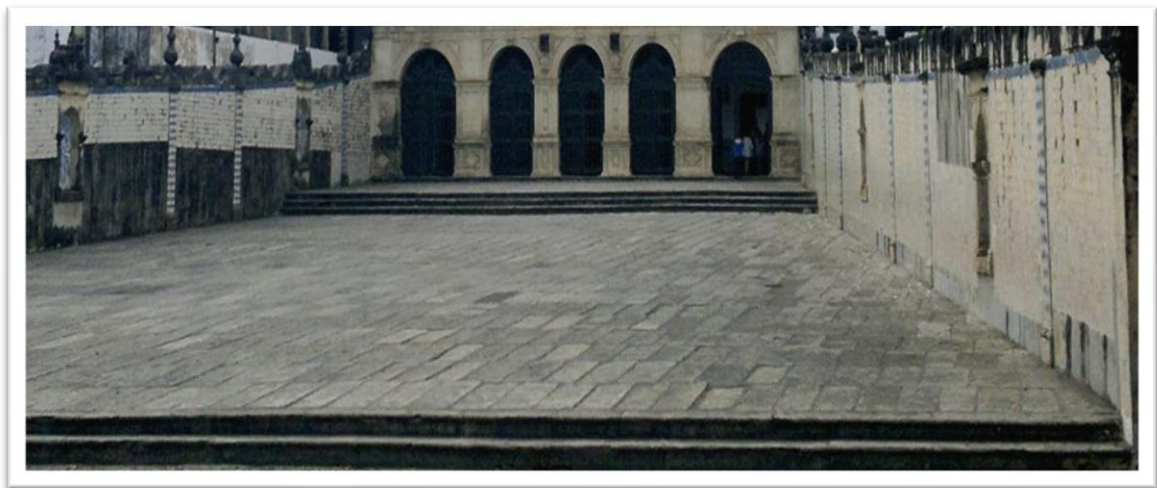


Detalhes da sacristia





O Adro da igreja, iniciado século XVI, é cercado de duas grandes muralhas antigas e azulejadas, com seis painéis representando as estações da Paixão de Cristo. Esses azulejos são de grande importância histórica e artística. Já a parte superior das muralhas é trabalhada em pedra. Por sua vez, o piso do adro é todo em lajes muito antigas. Adro é um espaço aberto (ou fechado) que se situa em frente ou em torno de uma Igreja, ou seja, é o nome pelo qual é conhecida a área externa (pátio) das igrejas, e simboliza a passagem do profano para o sagrado. Nas igrejas mais antigas é comum a existência de cemitérios localizados no adro.

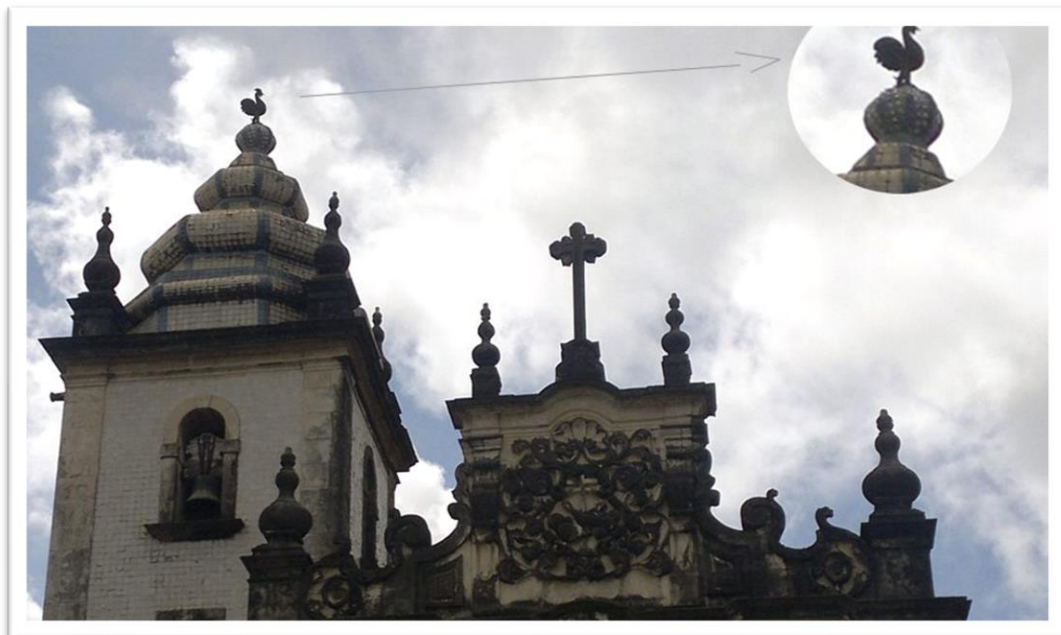




Atentem para a existência de grandes “leões de fu”, da mitologia chinesa, nos detalhes do adro. Para os budistas, o leão de pedra tinha fortes poderes místicos de proteção, e, tradicionalmente, eram posicionados à frente de Palácios Imperiais Chineses, templos, tumbas imperiais, prédios governamentais, e das casas de oficiais do governo e homens ricos, desde a Dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.) até a queda do Império em 1911. Os portugueses os trouxeram do Oriente e o colocaram em vários lugares do convento.

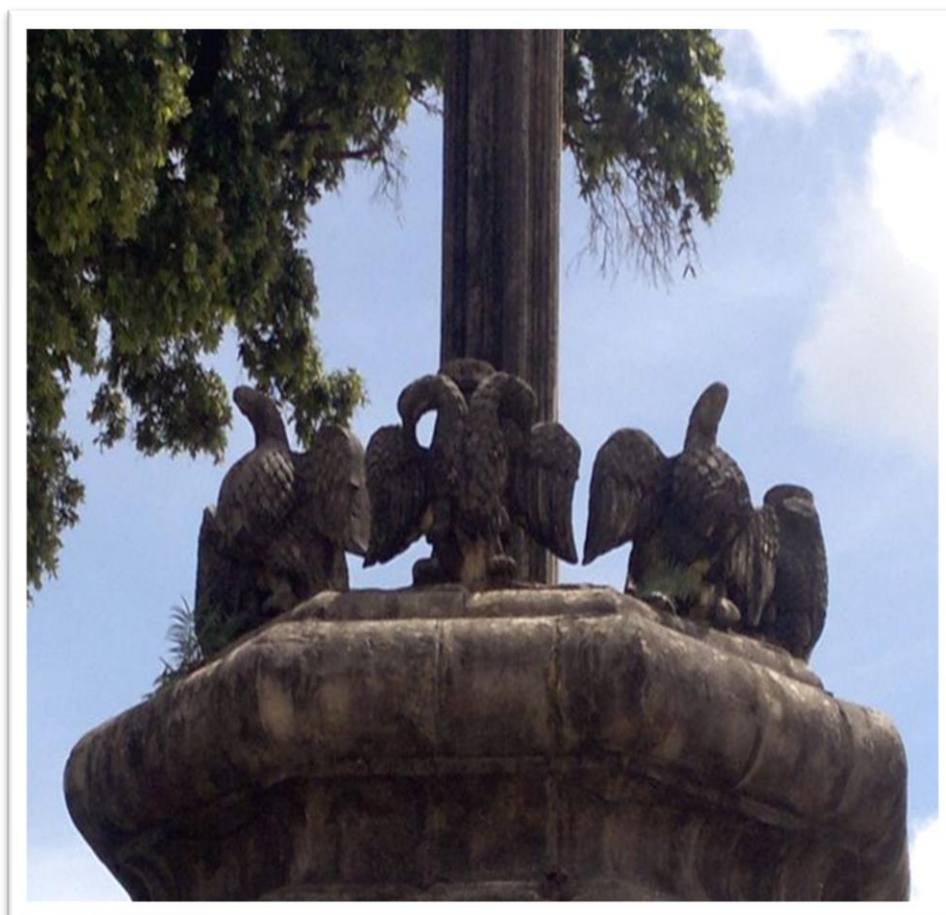


Na torre ao alto, o galo de Barcelos diz à cidade que seus donos foram portugueses...



Bem antes, porém, o cruzeiro que recebe o visitante é formado por cruz monolítica, com pedestal apresentando figuras de pelicanos (ou águias) bicéfalas.





Variadas são as representações em torno da alegoria. Uns dizem tratar-se da expressão do Cristo crucificado como o pão da vida. Outros o leem com caráter mais político, e ressignificam como a união das coroas ibéricas, determinante para a formação da cidade. Outros acreditam tratar-se de fênix, em alusão à ressurreição de Cristo.

O monumento chama a atenção por se tratar de escultura em bloco único, a emoldurar o conjunto arquitetônico e avisar de que ali é prédio santo, terreno onde impera o poder da Igreja Católica.

10º parada
A fortaleza de Santa Catarina /
Forte Margaretha (1586)





Em concomitância com a criação da cidade de Filipeia, foi construído este forte, em função de defesa plena da barra do rio Paraíba.

O esquema de triangulação de fortificações no local foi inédito, vez que a canhonaria para a defesa foi instalada em três pontos estratégicos para impedir a entrada de invasores no acesso à Filipeia.



Em 1586, a fortaleza rústica contava com a presença de 200 militares e dezoito peças de artilharia. Sua durabilidade caiu por terra em 1591, quando foi destruído num ataque de potiguaras e franceses. Sua reconstrução, desta feita em pedra e cal, iniciou no ano seguinte, sendo reinaugurado seis anos depois, quando foi construída uma capela sob a invocação de Santa Catarina de Alexandria. A homenagem se estendeu, também, à Dona Catarina de Portugal, Duquesa de Bragança.



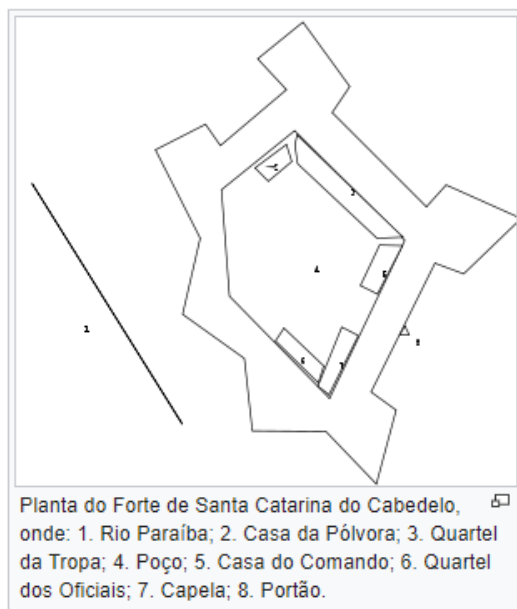
Trata-se de lugar com largo histórico de defesas contra os constantes ataques de corsários franceses e de seus aliados potiguaras. Em 1618 passou a ser chamado de Forte Novo, dado o grande número de reformas ali efetuadas. No mesmo período, encontra-se referência de Forte de São Luíz para o local, o que denota variadas nomenclaturas para a mesma construção.

A estrutura que chega aos nossos dias data do domínio holandês na capitania, quando o forte foi tomado pelos soldados batavos. A governança de Maurício de Nassau foi decisiva para a estruturação do edifício militar, quando foi fortalecido com fosso, trincheira, parapeito, quatorze canhões de bronze e quarenta e dois de ferro. O grande portão da entrada foi substituído por uma guilhotina de ferro fundido, além do terreno à sua frente ser guarnecido com paliçadas de anteparo aos altos muros de pedra.

Assumi, então, o nome da princesa da Casa de orange, Margarida (ou Margaretha), dado pelo próprio Maurício de Nassau. A durabilidade do batismo limitou-se às guerras de expulsão dos batavos, voltando-se ao nome original.

No século XVIII, com a restauração do trono português e a retomada da colônia americana, uma Carta-Régia datada de 23 de maio de 1709 ordenou a construção de dois baluartes e duas cortinas, com cantaria vinda do reino como lastro de navios. Nesta ocasião a estrutura já contava com Casa do Governador, Casa do Comandante, Casa da Pólvora, Quartéis para a tropa, Capela e cacimba de água, estando artilhada com quarenta e duas peças de ferro e bronze de diversos calibres.

Sob o brilho das águas do rio Parahyba, a segunda fortificação da Capitania Real ainda impressiona, mesmo escondida pela torres da petroleira que enfeiam o Cabedelo.



Para além do rio Parahyba

Permita-se agora fazer a travessia de Diogo Flores Valdez, em 1584, singrando a forte correnteza do rio para atingir a margem norte, terra dominada pelos ferozes potiguara, ponto de início da chamada “Costa Potiguar”.

Ali, onde se implantou a primeira fortificação que demarcou a conquista da terra (que ainda demoraria para se consolidar), o forte de São Felipe ou o “forte velho” ensejou a entrada ousada da Ordem Carmelita, que escolheu a dedo a colina arborizada e com vistas largas para a instalação de seu convento fora de Filipeia. Destacamos que a escolha do local ancorou-se nas mesmas exigências utilizadas para a instalação da cidade de Filipeia.

A implantação das instalações dos Carmelitas no local, em 1591, sinalizam que a conquista da Capitania Real se deu junto com a colonização em si, e que as pretensões daquela Ordem religiosa era, realmente, cuidar das almas dos potiguara, ainda em feroz combate em defesa de seu território.



Igreja de Nossa Senhora da Guia (1591)



Os registros históricos mais antigos sobre a igreja indicam que, no ano de 1591, na mesma colina onde se situa, os carmelitas fundaram uma primitiva capela, destinada a servir de base para uma missão. O local era privilegiado, por estar num ponto elevado perto da foz do Rio Paraíba, do lado oposto ao porto de Cabedelo. Juntamente com a capela, foi também erigido um convento, que pertenceu à mesma província dos carmelitas de Recife, Goiana e Paraíba. Alguns quilômetros depois, a mesma ordem fez levantar a igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso (1748) avançando ainda mais no território potiguar, desta feita já marcado por engenhos e lavouras de cana.

Passaram-se muitos anos, e o conjunto sofreu influência direta da invasão holandesa, ocorrida no século XVII. Inclusive, do promontório onde a igreja se situa, é possível avistar o Forte de Santa Catarina, um dos locais mais estratégicos da época.

De acordo com as crônicas de Frei Lino do Monte Carmelo, o templo atual começou a ser construído por volta de 1730. A antiga igreja foi demolida em 1763, e poucos anos depois, as obras da nova igreja estavam quase finalizadas. A igreja foi construída em estilo denominado barroco tropical e apresenta em sua fachada desenhos extravagantes, como as figuras popularmente conhecidas como “anjos deformados”. Há também em profusão na fachada frutos tropicais, coroas, cetros, armas do Império Colonial Português, entre outros

motivos, como uma caveira em pedra calcária. É um dos mais representativos monumentos da arquitetura colonial na Paraíba, e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) desde 1949.

Essa igreja, uma das mais singulares do Brasil, foi dedicada a Nossa Senhora da Guia – título que venera Maria enquanto padroeira dos navegantes. Embora a parte superior da fachada mostre-se inacabada e as torres sequer tenham sido construídas, possui seus elementos decorativos inteiramente talhados em pedra calcária – fachada, molduras das janelas, portais, e inclusive os altares. É a única igreja do período barroco do Brasil que possui o altar-mor esculpido em pedra. Ademais, na parte frontal possui cinco arcadas chamadas de *galilé*, uma característica de construções franciscanas nordestinas, mas que aqui foi assimilada pelos carmelitas.

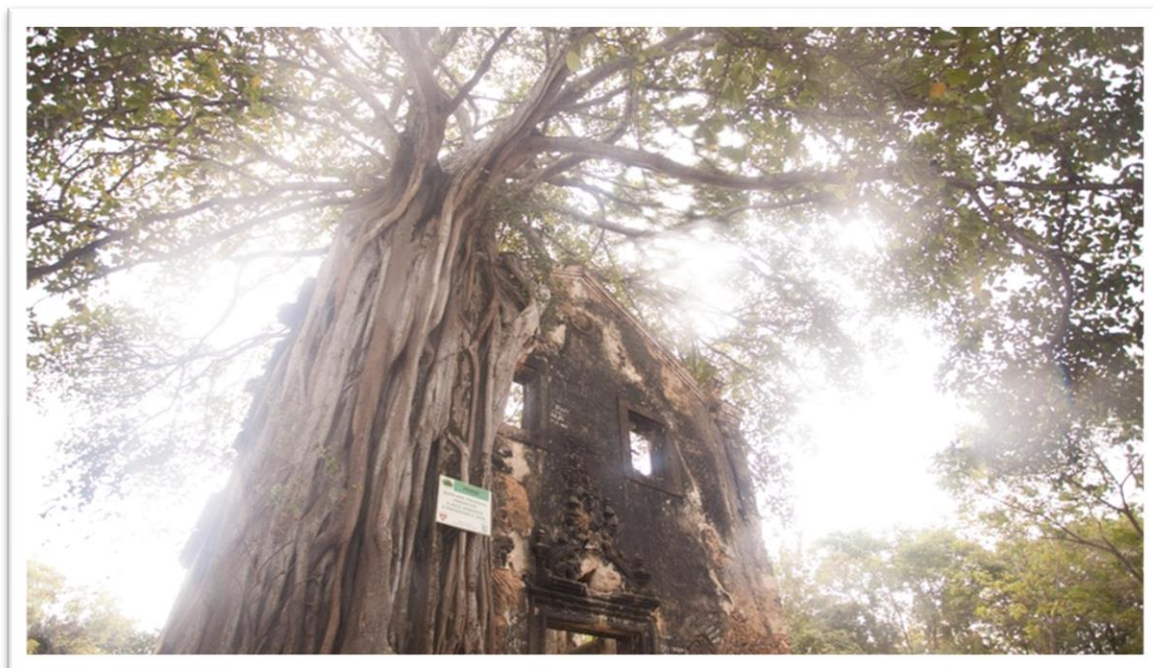
No século XIX, os carmelitas deixaram o local, que ficou abandonado por muito anos. Com isso, o convento foi demolido, e apenas a igreja permaneceu, conservada pelos devotos. Durante o século XIX, a edificação foi utilizada como leprosário e também como lugar de estadia para os sertanejos fugidos das secas. Em tempos recentes a ordem do Carmo voltou ser responsável pela igreja, e ali permanece conduzindo todas as funções religiosas do templo.







Igreja de Nossa senhora do Bonsucesso (1748)



Sobre as barreiras que emolduram a foz do Rio Miriri, na antiga praia do Picão, uma área extremamente estratégica para observação do mar e para a construção de um encapelado, foi ali erigida, no século XVIII, a capela de Nossa Senhora do Bonsucesso, mais precisamente no ano de 1748 por Bernardo Pereira. O templo fazia parte de um engenho de mesmo nome, construído à margem do rio Caboclo ou Bonsucesso (afluente do Miriri), distante aproximadamente 600 metros do local, propriedade dos Carmelitas da Paraíba.

Bibliografia

AQUINO, Aécio Vilar de. Filipeia, Frederica, Paraíba. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.

BARBOSA, Cônego Florentino. Monumentos históricos e artísticos da Paraíba. João Pessoa: conselho estadual da cultura, 1994.

BARBOSA, Pe. Antônio. Relíquias da Paraíba: Guia aos monumentos históricos e barrocos de João Pessoa e Cabedelo. Rio de Janeiro: Eu e você edições, 1985.

HERCKMANNNS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba. João Pessoa: a União editora, 1982.

NOBREGA, Humberto da cunha. Arte colonial da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1974.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O barroco na Paraíba: arte, religião e conquista. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP, 2003.

Carvalho, Ernando Luiz Teixeira de. A quem interessa Bonsucesso. João Pessoa: s.d.t.

ISBN: 978-65-00-17785-5

BR



9 786500 177855